



Prefeitura de Autazes- AM
Guarda Civil Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos diversos	1
Principais tipos e gêneros textuais e suas funções.....	3
Semântica: sinônimos, antônimos, sentido denotativo e sentido conotativo	20
Emprego e diferenciação das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição e conjunção. Tempos, modos e flexões verbais. Flexão de substantivos e adjetivos (gênero e número). Pronomes de tratamento	21
Colocação pronominal.....	43
Concordâncias verbal e nominal	45
Conhecimentos de regência verbal e regência nominal	47
Crase	50
Ortografia (conforme Novo Acordo vigente).....	51
Pontuação	53
Acentuação.....	57
Figuras de linguagem.....	59
Funções da linguagem	65
Vícios de linguagem	67
Discursos direto, indireto e indireto livre.....	69
Questões	73
Gabarito.....	92

MATEMÁTICA

Conjuntos: linguagem básica, pertinência, inclusão, igualdade, união e interseção	1
Resolução de situações problemas envolvendo números naturais, inteiros, racionais e reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação	7
Média aritmética simples	10
Máximo divisor comum. Mínimo múltiplo comum.....	10
Grandezas e Medidas: comprimento, área, volume, ângulo, tempo e massa; Unidades de medida (metro, centímetro, milímetro, decâmetro, decímetro, hectômetro e quilômetro)	16
Relação entre grandezas	21

SUMÁRIO



Regra de três simples e composta	26
Porcentagem, juros e descontos simples	28
Operações com expressões algébricas e com polinômios	32
Equações e inequações do 1º e 2º grau	43
Sistemas de equações de 1º e 2º grau	53
Interpretação de gráficos e tabelas (dados estatísticos)	57
Progressões aritmética e geométrica	65
Geometria Plana: elementos primitivos. Áreas de triângulos, paralelogramos, trapézios e círculos. Áreas e volumes de prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. Teorema de Tales e Teorema de Pitágoras	70
Questões	83
Gabarito	92

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-Windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016	1
MS-Word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto	27
MS-Excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	37
MS-PowerPoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides	46
Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	54
Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	57
Questões	65
Gabarito	75

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO

Constituição Federal: Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira	1
Direitos e Garantias fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais	2
Administração Pública: Disposições Gerais; dos Servidores Públicos	13
Organização do Estado: da organização político-administrativa; Municípios; do Distrito Federal e dos Territórios; da Intervenção	22
Lei Orgânica do Município de Autazes/AM.....	32
Questões	32
Gabarito.....	38

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno, externo e colegas de trabalho	1
Relações interpessoais e a ética no serviço público	3
Técnicas de Comunicação	5
Uso de correio eletrônico.....	9
Qualidade no atendimento ao público	10
Formas de atendimento ao público e ao telefone	14
Assiduidade	18
Disciplina na execução dos trabalhos	20
Relações Humanas no trabalho	22
Noções de Protocolo; O Arquivo e as Técnicas de Arquivamento	32
Classificação da Correspondência; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.....	43
Serviço Postal.....	71
Utilização da copiadora	88
Telefones úteis e de emergência.....	89
Livro de registro de correspondência	89
Transferência de chamadas telefônicas em PABX.....	91
Uso do correio de voz.....	92
Imagem profissional	93
Sigilo profissional.....	95
Questões	96
Gabarito.....	103

SUMÁRIO



DIREITO HUMANOS

Teoria geral dos direitos humanos: Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.....	1
Afirmação histórica dos direitos humanos.....	13
Direitos humanos e responsabilidade do Estado	15
Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	19
Decreto nº. 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica de 1969 - art. 1º ao 32)	43
Declaração de Pequim Adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz.....	53
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	151
Questões	155
Gabarito.....	162

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.....	1
Conceito, fontes e princípios	20
Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta	25
Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa	32
Processo Administrativo	114
Processo administrativo disciplinar e sindicância.....	131
Bens públicos	140
Improbidade administrativa – Lei nº. 8.429/92 e suas alterações	143
Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).....	170
Lei Federal nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)	183
Questões	207
Gabarito.....	214

SUMÁRIO

DIREITO PENAL

Da aplicação da Lei Penal Teoria do Crime (art. 13 ao art. 25).....	1
Crimes contra a pessoa: Dos Crimes contra a Vida; Das lesões corporais; Da periclitacão da vida e da saúde; Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	31
Crimes contra o patrimônio	54
Crimes contra a Administração Pública (art. 312 a 359 do Decreto-Lei nº. 2848/1940 – Código Penal Brasileiro).....	92
Abuso de autoridade (Lei nº. 13.869/2019).....	143
Estatuto do desarmamento (Lei nº. 10.826/03 e Decreto nº. 9.847/19).....	150
Crimes hediondos (Lei nº. 8.072/90 e modificações posteriores)	168
Lei de tortura (Lei nº. 9.455/97).....	171
Lei de drogas (Lei nº. 11.343/06)	172
Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº. 7.716/89)	196
Crimes previstos no Estatuto do idoso (Lei nº. 10.741/03)	198
Lei Maria da Penha que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº. 11.340/06).....	203
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90)	215
Direito Processual Penal: Inquérito	225
Termo Circunstanciado de ocorrência (TCO).....	243
Prova (local de crime).....	244
Prisões (Prisão em Flagrante, Preventiva e Temporária).....	261
Questões	279
Gabarito.....	288

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\Rightarrow : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



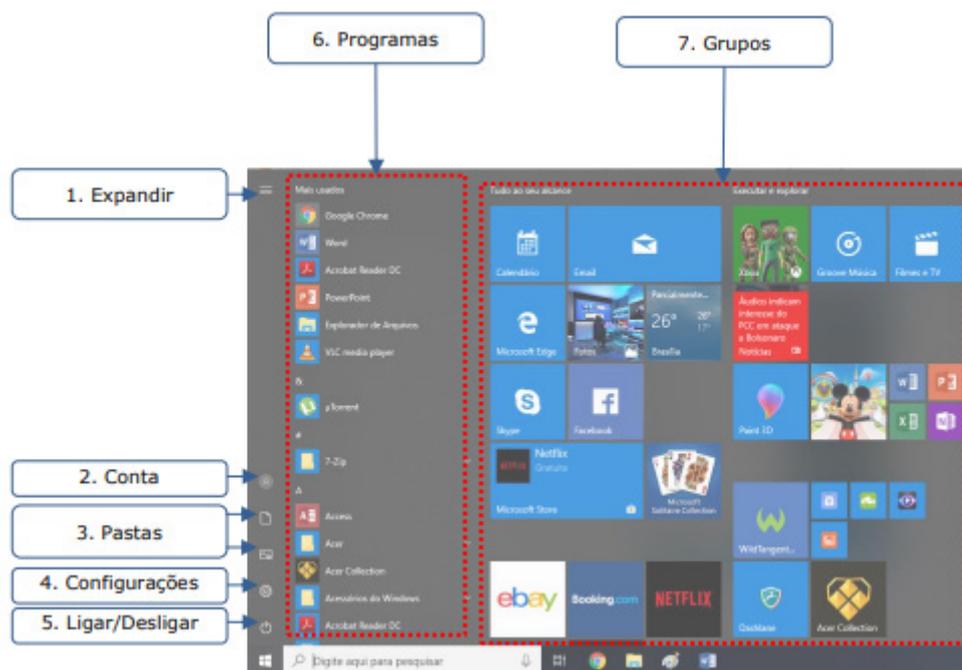
Noções de Informática

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Conhecimentos Específicos

Introdução

O comportamento profissional é um dos pilares para o sucesso no ambiente de trabalho, especialmente em cargos que envolvem contato direto com o público, como o de Agente Administrativo. Este cargo exige uma postura que alie competência técnica à conduta ética e cortês, uma vez que o profissional atua como ponto de contato entre a instituição e os cidadãos, além de manter interações diárias com colegas e superiores hierárquicos.

As regras de comportamento profissional não se limitam apenas a aspectos técnicos da função, mas abrangem também a forma como o servidor se comunica, como lida com conflitos e como se posiciona diante de diferentes situações. Um agente administrativo deve ter plena consciência de que sua postura reflete diretamente a imagem da organização em que trabalha.

Neste sentido, o presente texto abordará as regras básicas de comportamento para lidar de maneira eficiente e respeitosa com o público externo, o público interno e com os colegas de trabalho.

Trato com o Público Externo

O atendimento ao público é uma das principais responsabilidades do Agente Administrativo. Nesse contexto, a postura profissional é um requisito básico para garantir que as demandas dos cidadãos sejam tratadas com seriedade, eficiência e empatia. É fundamental que o agente mantenha uma conduta amigável e respeitosa, independentemente do perfil da pessoa atendida, buscando sempre esclarecer dúvidas e oferecer soluções da maneira mais clara possível.

- **Cortesia e empatia:** Manter a cortesia no trato com o público é essencial. O servidor deve utilizar saudações formais, evitar gírias ou expressões inadequadas e sempre se mostrar disposto a ajudar. A empatia também é importante, permitindo ao profissional se colocar no lugar do cidadão para compreender melhor suas necessidades e expectativas.

- **Comunicação clara e assertiva:** Uma comunicação eficiente passa pela clareza das informações fornecidas. O Agente Administrativo deve usar uma linguagem acessível, evitando jargões técnicos, e se certificar de que o cidadão entendeu a explicação. A assertividade é outro ponto crucial, já que é necessário ser objetivo sem ser rude, especialmente em situações mais delicadas.

- **Resolução de conflitos e reclamações:** Mesmo quando confrontado com situações de conflito ou reclamações, o agente deve manter a calma. O profissional deve ouvir pacientemente a queixa do cidadão, demonstrar interesse pela solução do problema e evitar qualquer atitude defensiva. O foco deve ser sempre na resolução da questão, dentro das possibilidades e limites da função.

Trato com o Público Interno

O público interno refere-se aos superiores hierárquicos e aos demais setores da instituição com os quais o agente precisa interagir no dia a dia. Esse relacionamento demanda uma postura de respeito, eficiência e colaboração, visando o bom andamento das atividades administrativas.

- **Respeito à hierarquia:** Seguir as normas e as orientações dos superiores hierárquicos é essencial. O agente deve agir com profissionalismo em suas interações, acatando ordens de forma clara e sem ambiguidades, além de esclarecer dúvidas quando necessário, sempre mantendo a discrição e respeitando o fluxo de informações dentro da instituição.

- **Cooperação entre setores:** Muitas vezes, o agente precisará interagir com outros departamentos para encaminhar processos ou resolver pendências. Nesses casos, a cooperação é fundamental para que o trabalho flua sem entraves. Manter uma comunicação clara e objetiva, sempre respeitando os prazos e procedimentos internos, é um diferencial positivo.



A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Office, agora denominada International Labour Organization) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sesenta anos após a sua criação, a Organização já contava com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário ainda atuam na tutela dos direitos humanos.

Histórico do sistema internacional dos direitos humanos

O sistema internacional de direitos humanos é fruto do pós 2ª guerra mundial e surge como decorrência dos horrores praticados na guerra. A desvalorização e reificação da pessoa humana faz emergir a necessidade de construção de uma nova lógica ao Direito, pautada em um sistema de valores éticos e morais, no qual a pessoa humana seja o fim e não um meio.

Com vistas a criar um sistema internacional de proteção no qual a tutela dos direitos humanos seja o fim maior dos Estados, em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição internacional global para a promoção e garantia dos direitos humanos e da paz no mundo.



— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispendo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com



— Fato Típico (Conduta): Conceito e Elementos

Observação Inicial

– O fato típico possui seus próprios elementos, são eles:

(I) conduta;

(II) resultado;

(III) nexo de causalidade; e

(IV) Tipicidade;

Conduta

– De acordo com a **teoria finalista**, conduta seria a **ação ou omissão culposa ou dolosa**, ou seja, seria a combinação de uma ação ou omissão + elemento subjetivo da culpa ou dolo – a conduta, portanto, possui um **elemento físico** e um **elemento subjetivo** (volitivo);

1 – Antes da teoria finalista, o Brasil adotava a teoria causalista, na qual a conduta seria apenas a ação ou omissão, independente da culpa ou dolo (que seriam analisados posteriormente, na análise da culpabilidade).

– Ainda dentro da conduta, um crime praticado mediante uma ação é chamado de **crime comissivo** (ex.: atirar em alguém), ao passo que um crime mediante uma omissão é chamado de **crime omissivo** (ex.: omissão de socorro), o último se dividindo em crimes omissivos próprios (puros) e crimes omissivos impróprios (impuros).

1 – Crime omissivo próprio: o agente descumpra o que a norma mandamental determina (**v. Art. 135**) – não importa se sua omissão gerou ou não um dano, ele responde pelo simples descumprimento da norma que exigia sua intervenção;

2 – Crime omissivo impróprio: o agente tinha o dever legal de agir para evitar a ocorrência do resultado – o agente não responde por um tipo penal específico, mas sim pela conduta resultante de sua omissão (ex.: mãe não evita que a filha seja estuprada, ela responderá pelo crime de estupro mediante sua omissão imprópria).

Resultado

– O resultado pode ser de ordem jurídica ou naturalística.

1 – Resultado jurídico: ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal (ex.: proibidade administrativa em crimes praticados por funcionários públicos) – todo crime possui um resultado jurídico;

2 – Resultado naturalístico: modificação provocada no **mundo exterior** pelo agente.

– Existem crimes que exigem o resultado naturalístico para serem consumados, estes são denominados materiais (ex.: homicídio), ao passo que há crimes que, embora preveem, não exigem o resultado naturalístico, que são denominados **formais** (ex.: corrupção passiva).

– **Crimes de conduta:** a mera prática da conduta já configura crime ≠ diferente de crime formal pois ele não prevê um resultado naturalístico (ex.: invasão de domicílio).